

CNI quer trabalhador e empresário nas decisões

A "co-participação dos empresários e trabalhadores no processo de decisão relativo ao desenvolvimento industrial" foi defendida pela CNI — Confederação Nacional da Indústria junto ao Governo, em documento encaminhado ao Ministro da Indústria e do Comércio. Além disso, a entidade quer "assegurar a redução contínua das desigualdades pessoais e regionais de renda", para que o desenvolvimento se faça no "consenso de uma sociedade livre e democrática".

Também o empresariado do comércio, no Rio, está analisando os efeitos de um projeto de lei em tramitação na Câmara Federal condicionando os incentivos à participação dos empregados nos lucros das empresas. Segundo a Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro, a pro-

posta, com emendas, tem parcerias favoráveis das Comissões de Justiça, Finanças e Economia, Indústria e Comércio. Se aprovada, os incentivos fiscais concedidos pela União estarão condicionados à prova de que 20% do lucro líquido são destinados aos empregados contratados há mais de seis meses.

De acordo com o documento da CNI, o objetivo síntese da política de desenvolvimento econômico nacional deve ser a "contínua melhoria das condições de vida da população brasileira", e seu objetivo permanente "promover o desenvolvimento econômico independente e auto-sustentado". Além de pedir a regulamentação da "presença do capital estrangeiro no setor industrial" o documento defende a "preferência à empresa nacional".